

PODER E VIOLÊNCIA

Prof.Msc. Lincoln Sales Serejo

Professor de Filosofia e Filosofia da Educação da Universidade Estadual do Maranhão. (UEMA).

RESUMO: Este artigo apresenta a concepção dos fenômenos de poder e violência na reflexão da filósofa Hannah Arendt. Para a ela estes conceitos têm sido apresentados de modo equivocado, na tradição do pensamento político. Poder e violência têm sido compreendidos como sinônimos. Segundo Arendt, a violência caracteriza-se por sua instrumentalidade diferenciando-se do poder que tem relação com o fenômeno da liberdade política.

Palavras-chave: Poder, Violência, Ação, Espaço público. Liberdade.

ABSTRACT

This article presents the design of the phenomena of power and violence in the reflection of the philosopher Hannah Arendt. For *Philosopher* these concepts have been presented so wrong, in our tradition of political thought. Power and violence have been understood as synonyms. According to Arendt, violence is characterized by its instrumentality differentiating itself from the power that is related to the phenomenon of political freedom.

Keywords: Power, Violence, Action, Public Space. Freedom.

1. INTRODUÇÃO

O texto em que Hannah Arendt trata do Poder e Violência encontra-se na obra “Sobre a Violência”, escrito em 1969; todavia, o tema percorre toda sua obra. O contexto em que a autora realiza suas reflexões coincide com acontecimentos predominantemente violentos do século XX, tais como rebeliões estudantis em vários países; confrontos raciais nos Estados Unidos; glorificação da violência pelos militantes da Nova Esquerda; progresso tecnológico dos instrumentos de violência a partir da Segunda Guerra mundial; temor de uma

guerra nuclear; crescente ineficiência e brutalidade das polícias. Neste estudo procuraremos em um primeiro momento distinguir os fenômenos do poder e da violência caracterizando-os, e na segunda parte, relacionar poder e liberdade seguindo o rastro da reflexão desta pensadora.

2. A Distinção entre poder e violência

Segundo Arendt, os conceitos de poder e violência têm sido enunciados de maneira equivocada, em nossa tradição do pensamento político. O fenômeno do poder se tem compreendido em termos da relação de mando e obediência e o fenômeno da violência se têm considerado, simplesmente, como “a mais flagrante manifestação do poder” (ARENDT, 1994, p.31). Para a autora, por detrás da confusão tradicional entre poder e violência, “subjaz a firme convicção” de que o tema político mais crucial é e sempre foi, a questão de quem domina quem. Para ela, o momento de verdade de um conceito revela-se apenas na investigação de sua origem, o que, no entanto, não implica a intenção de restituir um tempo perdido. É a partir do estabelecimento de várias distinções conceituais que Arendt tenta “esclarecer as questões e adquirir alguma desenvoltura no confronto com problemas específicos” (ARENDT, 1992, p.42).

Arendt teve a lucidez de perceber que a produção da esquerda se dava pela reprodução do modo de produção da política tradicional: ao se produzir, à esquerda o fazia de forma hierárquica, apelando para a violência e para a obediência.

O regime totalitário da época ensejou uma grande onda de terror e violência, confirmando as previsões de Lênin, para quem o século XX se tornaria o século da violência; são exemplos dessa realidade os acontecimentos citados.

Para Arendt, a tradição de nosso pensamento político, desde o princípio, concebeu a equação entre os fenômenos do poder e da violência, igualando-os, em termos de dominação e submissão. Esta identidade deixa a autora perplexa, ao possibilitar a reintrodução das discussões sobre a temática da violência no campo da política, porque a humanidade, a partir da última guerra mundial, tem experimentado os efeitos da violência, quando esta atingiu um grau

extremamente perigoso, ao se transformar em um fim em si mesma, em algo banal e aceito como único instrumento para a superação dos mais variados obstáculos que afetam os homens.

Para melhor compreensão dos fenômenos, poder e violência, é necessário relacioná-los com as categorias ‘arendtianas’ de esfera pública e esfera privada, em torno das quais ela elabora sua argumentação.

Uma certa distinção entre as esferas pública e privada é lugar comum em nossa linguagem cotidiana. O sentido utilizado pela autora está fundamentado na experiência histórica da Grécia clássica, onde ela reconhece que a estrutura política da civilização ocidental foi formada. Escreve Arendt: “O que distinguia a esfera familiar era que, nela, os homens viviam juntos por serem a isso compelido por suas necessidades e carências. A força compulsiva era a própria vida” (ARENDT, 1997, p.39). A vida privada se caracteriza pela desigualdade, pelo comando de alguns – os cidadãos – sobre os demais (mulheres, filhos, e escravos); estes, suprimindo as necessidades para que seus senhores pudessem se ocupar da vida pública. Na esfera da vida privada os homens são inclinados a viver juntos, dependentes uns dos outros, como meio de satisfazerem mais facilmente as carências impostas pela vida biológica e se defenderem das intempéries e perigos da natureza.

Por outro lado, predominava na Antigüidade a idéia de que a condição fundamental para o acesso à esfera da vida pública era o domínio sobre as necessidades da vida natural; com isso, justificava-se o emprego de meios violentos no trato com os homens, escravizando-os. Tais procedimentos eram considerados como meios pré-políticos, capazes de liberar o cidadão para o exercício da política que ocorria fora do lar, espaço de desigualdades e sim na polis, espaço de iguais. O que predomina neste momento na vida doméstica é a relação de mando e obediência. Nas palavras de Arendt:

A *polis* diferenciava-se da família pelo fato de somente conhecer “iguais”, ao passo que a família era o centro da mais severa desigualdade. Ser livre significava não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando de outro e também não comandar. Não significa domínio, como também não significava submissão. Assim dentro da esfera da família, a liberdade não existia, pois o chefe da família, seu

dominante, só era considerado livre na medida em que tinha a faculdade de deixar o lar e ingressar na esfera política, onde todos eram iguais (...) ser livre significava ser isento de desigualdade presente no ato de comandar, e mover-se numa esfera onde não existiam governantes nem governados. (ARENDT, 1997, p.42)

Segundo Arendt, a liberdade consiste no afastar-se do domínio doméstico para o domínio público, posto que, no primeiro, o homem não é livre. O senhor jamais poderia ser livre nesta esfera; pois se via forçado a comandar os escravos e sua família, movendo-se entre desiguais. Só nesse espaço, os gregos reconheciam a necessidade de dominação, do uso da violência. “Para eles, forçar alguém mediante violência, ordenar, ao invés de persuadir, eram modos pré-políticos de lidar com pessoas, típicos da vida fora da *polis*, característicos do lar, da vida em família.” (ARENDT, 1997 p.35-6).

Ainda de acordo com Arendt, os fenômenos do poder e da violência não se confundem porque são incompatíveis. Onde ocorre a violência, o poder não se pode manifestar. O espaço ocupado por um, elimina consequentemente o outro. Arendt, de fato, estabelece a diferença entre poder e violência e seus correlatos – vigor, força e autoridade.

O vigor indica algo singular; é característica inseparável de um objeto ou pessoa e pertencente ao seu caráter, “é de natureza de um grupo e de seu poder contra a independência, a propriedade do vigor individual” (ARENDT, 1994, p.37). Na verdade, conforme aponta Adeodato,

“o vigor é uma qualidade necessariamente individualizada de determinado objeto ou pessoa, podendo, este último caso, consistir tanto em potência física ou mental; é um dado objetivamente mensurável, que varia muito de indivíduo para indivíduo e de uma para outra situação” (ADEODATO, 1989, p.172).

Em certo sentido, o vigor assemelha-se à violência porque procura minar a resistência física e psicológica da pessoa, do grupo ou da coletividade que pretende dominar. Difere da violência pela naturalidade em comandar e cativar as pessoas. Pelo vigor, uma pessoa domina naturalmente a outra pessoa porque essa vocação para dominar e cativar os outros já é algo natural, pertence ao seu caráter.

O vigor é uma liderança que ocorre naturalmente, não é forçada, nem condicionada; a pessoa dominada responde automaticamente, pois se deixa contagiar pelo o outro. O dominador tem vigor porque traz dentro de si a propensão para o comando. “Em seu uso corrente, quando falamos de um “homem poderoso” ou de uma “personalidade poderosa”, já usamos a palavra ‘poder’ metaforicamente; aquilo a que nos referimos sem a metáfora é ‘vigor’. (ARENDT, 1994, p.36)

A força, que no cotidiano é compreendida como sinônimo da violência indica qualquer forma de energia proveniente de movimentos físicos ou de circunstâncias, como quando nos referimos a forças da natureza ou a pressões do ambiente coletivo. “Ela é uma qualidade natural de um indivíduo isolado (...). Na luta entre dois homens, o que decide é a força e não o poder” (ARENDT, 1997, p. 212).

O fenômeno da autoridade também é freqüentemente confundido com o fenômeno da violência. “Sua insígnia é o reconhecimento inquestionável por aqueles a quem se pede que obedeçam: nem a coerção nem a persuasão são necessárias” (ARENDT, 1994, p.37).

Em outras palavras, enquanto a violência consegue a obediência mediante a coerção, e o poder, como veremos adiante, pela persuasão, a autoridade prescinde de ambos. Onde se requer o uso da força, não há autoridade; do mesmo modo, ela também inexiste onde todos são iguais e podem, portanto, entregar-se ao jogo difuso da persuasão e do convencimento de parte a parte. Os que detinham a autoridade não detinham o poder, e a autoridade era compreendida, nas palavras de Mommesen citadas por Arendt, como “mais que um conselho e menos que uma ordem”. (DUARTE, 2000, p.260).

A violência diferencia-se do fenômeno do poder pelo seu caráter instrumental. É um meio que se justifica para alcançar um objetivo a ser atingido. Violência é o oposto do poder: “onde um domina absolutamente, o outro está ausente” (ARENDT, 1994, p.44). Por isso a forma extrema de violência é o um contra todos.

O que diferencia o poder da força é que enquanto a única limitação do poder é pluralidade, a limitação da força está na interação de vários indivíduos e no poder da maioria. Um homem isolado, com força, nunca possui poder, enquanto um grupo organizado sempre possui.

A violência não gera, mas sim, destrói o poder. A decadência da Grécia começou quando os cidadãos abandonam a participação nos assuntos da *polis* para caírem na esfera da guerra. Poder implica, necessariamente, participação permanente, capacidade de agir em conjunto.

3. Poder e Liberdade

Para Arendt, o espaço e o modo de ser originários de onde derivam a política e o poder denominam-se em termos de "espaço de aparência" que vem "a existir sempre que os homens se reúnem na modalidade do discurso e da ação". Trata-se de um espaço que "precede toda e qualquer constituição formal da esfera pública e as formas de governo," e cuja própria existência depende diretamente de que os homens permaneçam juntos e dispostos a agir e falar entre si, desaparecendo imediatamente quando quer que se vejam terminantemente isolados uns dos outros, como nos casos de tiranias.

"Poder corresponde à atividade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto". O poder nunca é propriedade de um indivíduo: pertence a um grupo e permanece em existência, apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Quando dizemos que "alguém está no poder, na realidade estamos nos referindo ao fato que ele foi empossado por certo número de pessoas para agir em seu nome" (ARENDT, 1994 p.33).

O fenômeno do poder emerge da *polis*, surge do debate e discussões dos cidadãos sobre o destino comum da cidade, que deve ser a liberdade. Poder se constrói a partir da existência da comunicação, e sendo ele um fim em si mesmo, não tem outra meta que se diferencie de sua geração e manutenção. Poder depende do ato de agir e agir em conjunto o que, por sua vez, se liga à qualidade humana da fala. Para Arendt, portanto, o poder existe apenas "entre" os homens, isto é,

quando eles agem e discursam persuasivamente; deixando de existir no momento em que eles se “dispersam” ou vêem-se impedidos de reunir-se livremente.

Por falar que posso fazer do outro meu “acordante”. Esta é a qualidade humana capaz de retirar o ser da servidão: a fala. O contrato arendtiano é uma transposição do ato de estar de acordo consigo mesmo para o mundo exterior; estar de acordo com o outro como uma condição para a realização da política, do poder, da liberdade. O poder supõe que todos estejam em obrigação uns para com os outros, existe a partir de um contrato inter-humano que pressupõe responsabilidade e solidariedade para que os homens possam manter-se unidos no âmbito da palavra e da ação.

A finalidade do poder é manter os homens juntos, comunicando-se; esta, a comunicação, é a sua fonte geradora. Se os homens são dotados da capacidade de agir, falar e de se reconhecer entre si, tem, portanto, a capacidade de resistir à dominação, à violência e à mentira. Afirma Arendt: “O poder só é efetivado enquanto a palavra e o ato não se divorciam, quando as palavras não são empregadas para velar intenções, mas para revelar realidades, e os atos não são usados para violar e destruir, mas para criar relações e novas realidades.” (ARENDT, 1994, p.212).

Dessa forma, o poder se atualiza quando não há dicotomia entre palavra e ação; quando as palavras estão repletas de sentido e a ação, não manifesta a violência; quando, na ação, a palavra é realizada. Poder é a condição da existência do homem falante e atuante; dominação e violência são o espaço dos mudos e imobilizados.

Assim, o poder só é manifestado quando são preservadas as condições favoráveis para o exercício da pluralidade; isto é, para o desempenho da ação coletiva e para a troca de opiniões divergentes em um espaço público. Do mesmo modo, o que preserva o espaço público é o poder, que deve ser constantemente reatualizado através de atos e palavras não violentos. Nas palavras de Arendt: “É o poder que mantém a existência da esfera pública, o espaço potencial da aparência entre os homens que agem e falam. A própria palavra como o seu equivalente grego, *dynamis*, e o latino *potentia* indicam seu caráter de “potencialidade”. O

poder é sempre, como diríamos hoje, um potencial de poder, não uma entidade imutável, mensurável e confiável como a força” (ARENDT, 1997, p.212)

De fato, para Arendt, a convivência entre os homens é o fator principal para a geração de poder. Habermas vai denominar essa noção arendtiana de *poder*, de “poder comunicativo”, porque fundamentado na “ação comunicativa”, naquela “... faculdade de alcançar um acordo quanto à ação comum, no contexto da comunicação livre da violência” (FREITAG e ROUANET, 1980, p.100).

Para afastar a idéia da identidade entre os fenômenos do poder e da violência, Arendt recorre às tradições políticas esquecidas da “*isonomia*” da cidade-estado ateniense, e da “*civitas*” romana, tomando-as como casos exemplares nos quais teria prevalecido “um conceito de poder e lei cuja essência não se assentava na relação de mando-obediência, e que não identificava *poder* e *domínio* e *lei* e *mando*” (ARENDT, 1994, p.34)

O campo teórico aberto à violência com essência do poder tem suas raízes na antiga tradução de vê-lo sob a óptica da relação comando-obediência, indo do conceito hebreu de lei como imperativo até a moderna dominação burocrática, o “governo de ninguém”. Mais uma vez nossa autora vai buscar apoio na Grécia clássica e afirma que os gregos, assim como os romanos, tinham conceito de poder que não se baseava na relação comando obediência; não identificavam governo e poder. O poder corresponde à capacidade humana de agir, o poder nunca é individual, depende sempre do apoio dos demais. E o poder de um dado governo, ao contrário da violência, que depende sempre de instrumentos e implementos, está em função do número daqueles que o apóiam.

Poder só existe quando há liberdade, o resto é desnaturação, desde as formas de delegação, como os pensadores modernos contratualistas da política Hobbes, Locke e Rousseau até a concepção de que o maior poder é oriundo do cano de fuzil. Só através do exercício da pluralidade humana faz a possibilidade da liberdade. A criação se dá a partir do elogio à diferença. Liberdade enquanto poder requer o espaço público e o agir em conjunto. Ocorre em Arendt uma recuperação do político como contraponto da teoria clássica.

A idéia de dissociar política e liberdade não corresponde à noção da Antiguidade, onde o fato de ser livre era uma experiência puramente política. No âmbito da política manifesta a liberdade do indivíduo. Em ações, palavras e acontecimentos dignos de lembranças, o indivíduo experimenta sua liberdade como liberdade política. A liberdade para a Autora é sempre liberdade política, como capacidade de começar, de agir em pluralidade.

A liberdade na concepção de Arendt é o recomeçar. Considerando a imprevisibilidade do evento, qualquer ato na esfera dos assuntos humanos pode resultar do absolutamente impensado, em especial na esfera política, onde tratamos sempre com o reino de todas as possibilidades. A liberdade arendtiana não é atributo da volição, como poder não se armazena. Liberdade é em si o seu exercício. Ser livre implica criar poder, é um novo contrato onde os homens não se unem para se despojarem do poder, mas sim para começar a gerá-los.

Considerações Finais

Como observamos a reflexão que Hannah Arendt traçou sobre os fenômenos do poder e da violência diferencia-se daquele delineado pela tradição de nosso pensamento político que os iguala. Para a pensadora, um é o oposto do outro, um é a negação do outro. Uma bala que sai de um revólver não representa o poder, mas a sua negação, e daí não emerge poder. A violência elimina e paralisa o poder. Não ocorre uma relação dialética entre poder e violência, no sentido de que os opostos não se destroem, mas desenvolve-se, transformando-se. Para Arendt, quanto mais poder, menos violência e quanto mais violência menos poder.

O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Quando afirmamos que uma pessoa está “no poder” na verdade estamos querendo dizer que esta pessoa foi empossada por um grupo para agir em seu nome. Poder na concepção de Arendt tem uma relação essencial com o fenômeno da liberdade, liberdade de participação na polis, na vida pública. O poder surge do debate reflexivo e das discussões entre os cidadãos com o objetivo de construir uma comunidade livre.

REFERÊNCIAS

ADEODATO, J.L.M. **O Problema da legitimidade:** no rastro do pensamento de Arendt. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. Trad. Roberto Raposo.

_____. **Entre o passado e o futuro.** São Paulo: Perspectiva, 1992. Trad. Mauro W. Barbos

_____. **Sobre a Violência.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. Trad. André Duarte.

BIGNOTTO, Newton. **Hannah Arendt: diálogos, reflexões memórias.** In: Totalitarismo e liberdade no pensamento de Hannah Arendt. Minas Gerais

DUARTE, André. **O pensamento à sombra da ruptura:** Política e filosofia em Hannah Arendt, São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREITAG, B. e ROUANET, J. P. (orgs) **Habermas.** São Paulo: Ática, 1980